

DESCOLONIZANDO CORPO E PÁTRIA: UMA LEITURA FEMINISTA E DECOLONIAL DA POÉTICA DE LUIZA ROMÃO

Giovane Alves de Souza ¹

RESUMO

De acordo com Pramod K. Nayar (1989), o colonialismo teve seu clímax entre os séculos XVIII e XIX, e teve como base um mecanismo de exploração pautado na diferença de cultura, raça, religião, entre outros fatores (NAYAR, 1989). Ao longo deste processo, as nações colonizadas foram marcadas pela escrita sob perspectiva europeia, com um discurso que influenciou a escrita a construir perfis de identidade e representações unilaterais de diversas culturas até os dias atuais. Ora, para subverter tal ordem, fazemos uso da escrita das mulheres como ferramenta, pois ela é capaz de revelar sua potencialidade criadora, com novos caminhos, imprevistas soluções e inesperadas veredas (BRANCO e BRANDÃO, 2004). Nosso aporte teórico se pauta nas contribuições de Spivak (1988), Nayar (2010), Branco e Brandão (2004), Woodward (2014), Tadeu da Silva (2014), Hall (2014), Bacellar (2020) e Françoise Vergès (2020). Com isso em mente, nosso objetivo neste trabalho é investigar como Luiza Romão, em seu poema "Local de Nascimento" (2017), viabiliza uma leitura feminista e decolonial da posição da mulher na sociedade latino-americana. Com este estudo, propomos reiterar a relevância da escrita das mulheres na América Latina como ferramenta decolonial, evidenciando opressões, questionando processos históricos e o fazer identitário marcado pelo discurso europeu. Ora, sob essa perspectiva, acreditamos que a escrita das mulheres não somente evidencia tais opressões, mas funciona como ferramenta catalizadora no processo de contestação e subversão desta ordem.

Palavras-chave: Literatura contemporânea, Escrita das mulheres, Crítica Decolonial, Luiza Romão.

INTRODUÇÃO

Nascida em Ribeirão Preto, a atriz e poeta Luiza Romão é autora de *Coquetel Motolove* (2014), *Sangria* (2017) e do ganhador do Prêmio Jabuti de livro do ano, *Também guardamos pedras aqui* (2021). É conhecida no cenário artístico de São Paulo pelas suas participações em saraus e *slams*. E, em 2020, entrou no mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada (na FFLCH/USP).

O objetivo central deste trabalho é investigar como Luiza Romão, em seu poema "Local de Nascimento" (2017), viabiliza uma leitura feminista e decolonial da mulher latino-americana e a relação discursiva entre sua construção identitária e o processo de colonização das Américas. Propomos, assim, reiterar a relevância da escrita das mulheres na América Latina como ferramenta decolonial, capaz de evidenciar opressões, questionando processos históricos e o fazer identitário marcado pelo discurso europeu. Sob essa perspectiva, acreditamos que a escrita

¹ Mestre (2021) pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI/UEPB) – Conceito CAPES 4. Especialista (2022) em Ensino de Línguas e Literaturas na Educação Básica e Graduando do Curso de Letras-Inglês da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, giovaneuepb1@gmail.com;

das mulheres não somente evidencia tais opressões, mas funciona como ferramenta catalizadora no processo de contestação e subversão desta ordem.

Este trabalho tem cunho qualitativo, pois, de acordo com André (1995, p. 15), trabalhos dessa natureza propõem “uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências”. Assim, nos interessa compreender as interações e influências que acontecem no seio da construção identitária de mulheres latino-americanas e como a poesia pode se tornar uma ferramenta questionadora de tais construções.

Inicialmente, nos pautamos nas contribuições de Woodward (2014), Tadeu da Silva (2014), e Hall (2014), para discutir os conceitos de identidade e produção de diferença; posteriormente, ao tratar dos conceitos de Decolonialidade, Descolonialidade e Crítica Pós-colonial, tomamos como base as considerações de Nayar (2010), Bacellar (2020) e Vergès (2020). Ademais, para o estudo da obra em questão, levamos em conta o que dizem Spivak (1988) e Branco e Brandão (2004), além de tomar como foco o conceito de *palimpsesto*, de acordo com Bacellar (2020).

IDENTIDADE E PRODUÇÃO DA DIFERENÇA

De acordo com Kathryn Woodward (2014), a marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido às relações e práticas sociais, definindo, por conseguinte, quem deve ser excluído ou incluído. A respeito do processo de exclusão, Tomaz Tadeu da Silva (2014) reitera que “a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir” (TADEU DA SILVA, 2014, p. 82).

Compreendemos a identidade, neste sentido, como mecanismo de manutenção da diferença, e, em diálogo com os autores supracitados, é a partir da diferença que, no seio da construção identitária, se constroem, também, marcações que viabilizam o poder de um indivíduo sobre outro.

Logo, pautado na diferença e na construção de marcações sociais, entende-se que para haver um sujeito, deve haver o Outro, o objeto. Tadeu da Silva (2014) discorre sobre essa marcação para a construção identitária usando a nacionalidade. Por exemplo: sou brasileiro, porque moro no Brasil e que sou marcado por características que me incluem neste grupo, porque sei, mais especificamente, não sou argentino, boliviano, chileno.

Stuart Hall (2014) afirma que é justamente por serem construídas na diferença, que devemos compreender as identidades como produtos de lugares institucionais e históricos específicos. E, para além da nacionalidade, cumpre notar que essas marcações podem acontecer

de acordo com diversas categorias da identidade, como no sexo, raça, classe, religião, dentre outras.

Em se tratando do sexo, Simone de Beauvoir ([1949] 2016) já afirmava que se o homem é o indivíduo, o sujeito, a mulher é o outro, o *segundo sexo*. Ora, tomando como mote as afirmações a respeito da posição da mulher de acordo com Beauvoir, uma mulher branca e europeia, Grada Kilomba (2021), afirma que, assim sendo, a mulher negra é o “outro” do outro. E é a partir desta posição de outridade que se observa a posição do corpo da mulher latinoamericana, sendo destinado à margem da sociedade e da cultura dominantes pelo discurso colonialista.

DECOLONIAL, PÓS-COLONIAL, DESCOLONIAL: DISCUTINDO EPISTEMOLOGIAS

O termo pós-colonial é composto por dois elementos: “pós” e “colonial”. Este último se refere ao período ou evento da colonização em si; já o prefixo, indica algo futuro, algo por vir, ou que vem depois. Sendo assim, quando tratamos da crítica “pós-colonial”, estamos nos referindo as construções epistemológicas que tomam como dimensão basilar a crítica ao discurso europeu e colonial, que cerceou, historicamente, aspectos políticos, culturais, econômicos e sociais de diversos países na América, África, Ásia, dentre outros lugares.

Segundo Pramod K. Nayar (2010), o colonialismo encontrou seu clímax entre os séculos XVIII e XIX, sendo uma mecanismo de exploração baseado na diferença, como na diferença de raça, por exemplo, como podemos observar na relação de dominação entre europeus brancos e povos africanos e indígenas escravizados.

Muito tem se debatido acerca das definições entre descolonial, decolonial ou pós-colonial. Textos como *Lo pedagógico y lo decolonial* (2013), de Catherine Walsh, e *Crítica a la colonización discursiva del feminismo occidental* (2016), de Yuderky Espinosa Miñoso, se detêm sobre os termos. No Brasil, a coletânea *Pensamento feminista hoje*, organizada por Heloisa Buarque de Hollanda, tem entre seus volumes, um tomo dedicado exclusivamente às perspectivas decoloniais.

Todavia, atualmente, grande parte das autoras deste campo de estudos não se preocupam em fomentar diferenças categóricas entre as teorias, como aponta Camilla Bastos Barcellar (2020, p. 326). Ora, é de interesse das pesquisadoras e pesquisadores do ramo, compreender como o colonialismo, e seu legado, exerceu e ainda exerce dominação sobre a nossa existência, sobre nossos corpos.

Atualmente, Vergès (2020) compreende a decolonialidade, por exemplo, como crítica à maneira como o sistema econômico age sobre os nossos corpos: “A relação dialética construída entre os corpos eficientes da burguesia neoliberal e os corpos exaustos das mulheres negras ilustra os vínculos entre neoliberalismo, raça, gênero e heteropatriarcado (VERGÈS, 2020, p. 19). Entende-se, deste modo, que o sistema econômico extrai desses corpos sua energia vital, perpetuando um ciclo de exploração e violência que se propaga até os dias atuais.

A POÉTICA DE LUIZA ROMÃO NO PALIMPSESTO DO CORPO

Ao compreender a terra colonizada como um símbolo para o corpo da mulher, Beauvoir ([1949]2016) dá espaço para se analisar as relações de dominação atreladas ao gênero, e como o processo de colonização, em seu nível simbólico e físico, busca demarcar poder, também, sobre os corpos das mulheres. Assim, dominar a terra implica dominar, também, as mulheres.

Este processo de dominação se pauta na construção de indetidades marcadas pela diferença cujo principal objetivo é erigir lugares de subjugação, de outridade. Como visto anteriormente, esses lugares podem partir de diferentes construções, como as do sexo e gênero. Tomando esses dois aspectos como ponto de partida, o poema “Dia 5. Local de Nascimento”, de Luiza Romão, pode ser compreendido como a representação desses lugares – a terra colonizada, o sexo e o gênero na demarcação da diferença, e o corpo da mulher como terra invadida:

(américa)
uma mulher não é um território
mesmo assim
lhe plantam bandeiras

uma mulher não é um souvenir
mesmo assim
lhe colam etiquetas

mais que nuvem
menos que pedra
uma mulher não é uma estrada
não lhe penetre as cavidades
com a fúria
de um minerador hispânico

o ouro que lhe brota a tez
antes oferenda
do que moeda

uma mulher descende do sol
ainda que
forçada à sombra (ROMÃO, 2017, p. 31).

Levando em consideração as contribuições de Hall (2014) acerca da construção identitária enquanto produtos institucionais de locais históricos específicos, compreendemos a identidade da mulher latinoamericana como uma construção do discurso colonizador do europeu, jogado ao silêncio, de onde não pode falar, como afirma Spivak (1988).

Neste sentido, o processo de colonização, cuja herança ainda se mantém firme em nossa cultura, propagou maneiras de ser que delimitam as nossas existências. Assim, são comuns os aspectos direcionados ao lugar de feminilidade, isto é, é de conhecimento geral que se pressa que uma mulher deve ser passiva, submissa, obediente, que não deve expressar suas opiniões e que deve ser dominada pelo masculino. Sabendo que é inscrito no corpo das mulheres o que elas devem ser, Romão (2017), no poema supracitado, elenca o que elas não são/não devem ser.

Logo, ao iniciar o texto com o nome do continente entre parênteses, Romão (2017) situa o *locus* de onde parte sua escrita, seu corpo (e os corpos das demais mulheres latinoamericanas), bem como a construção destes lugares sob o discurso dominante. A América e o corpo da mulher, em uma relação simbiótica, são tratados como lugares de dominação a serem subvertidos na poética da escritora, lugares nos quais não mais se “plantam bandeiras” (ROMÃO, 2017, p. 31), ou seja, nos quais não mais se demarcam símbolos de dominação.

Cumprir também que, ao afirmar que “uma mulher não é um souvenir” (ROMÃO, 2017, p. 31), a autora busca crítica a objetificação dos corpos destas mulheres, que são tratados como produtos, avaliados de acordo com as “etiquetas” que representam o valor social de certos corpos. Essa valoração viabiliza a relação de dominação e de posse que se estabelece com o homem-colonizador, comumente propagando violências como o estupro – que era uma ferramenta comum aos colonos portugueses e espanhóis usada contra as mulheres escravizadas, por exemplo, e ainda é uma violência comum para exercer poder sobre as mulheres de modo geral. Tudo isso pode ser observado nos seguintes versos: “uma mulher não é uma estrada/ não lhe penetre as cavidades/ com a fúria/ de um minerador hispânico” (ROMÃO, 2017, p. 31).

“O ouro que lhe brota a tez” (ROMÃO, 2017, p. 31) representa as riquezas que são construídas a partir da exploração dos corpos das mulheres e que viabilizam a existência e manutenção do sistema capitalista. O capitalismo nasce enquanto resultado da colonização e do colonialismo, que são compreendidos por Vergès (2020, p. 41), como:

[...] a colonização é um acontecimento/ período, e o colonialismo é um processo/ movimento, um movimento social total cuja perpetuação se explica pela persistência das formações sociais resultantes dessas sequências. Os feminismos decoloniais estudam o modo como o complexo racismo/sexismo/eticismo impregna todas as relações de dominação, ainda que os regimes associados a esse fenômeno tenham desaparecido.

Além disso, atentando-nos à afirmação de que a mulher descende do sol, “mesmo que forçada à sombra” (ROMÃO, 2017, p. 31), podemos interpretar a problematização do gênero enquanto construção cultural e um produto da sociedade, não uma simples consequência do fator biológico, como exemplificado pela máxima de Beauvoir ([1949]2016).

Por fim, compreendemos o poema de Romão (2017) como um processo de reescritura. Reescrevendo sobre o corpo da mulher o que ela não é, a autora viabiliza novas possibilidades múltiplas de ser, permitindo que as mulheres, em sua pluralidade, não fiquem presas aos rótulos do discurso patriarcal e colonial. Para compreender esse processo, fazemos uso do conceito de palimpsesto, de Camila Bacellar (2020):

Palimpsesto é um texto que foi raspado para que outro texto fosse nele escrito. Porém, ao trazer a imagem do palimpsesto para pensar o corpo não há intenção de afirmar que houve em algum momento um texto “original e melhor” [...] **A potência do palimpsesto** reside no fato de que ele nos permite entrever num mesmo texto [...] camadas de tempo espiraladas, pois a rasura completa do texto anterior é impossível. Convergem e se justapõem, assim, discursos e temporalidades distintas [...] De modo que **somos levadas a perceber o corpo não apenas como a forma – como a grafia visível –, mas como a força que emerge do que foi rasurado, do que não vemos inteiramente, mas sabemos que está lá** (BACELLAR, 2020, p. 321-322 – grifo nosso).

Deste modo, foram escritos textos sobre o corpo das mulheres pelo discurso colonial e, ao compreender esse corpo como um papiro para reescritura, como um palco para outras performances, somos levados(as) a perceber a potência que emerge a partir das rasuras e, posteriormente, das reescrituras que podem surgir deste espaço infinito, desta tela de reescritas que é o corpo.

Não sobrepondo sobre este corpo um texto original e melhor, temos a liberdade de se pensar nas potencialidades de múltipla expressão de textos diversos, de vozes diversas em movimentos de intersecção. Compreendemos, deste modo, que não há um texto definitivo, ou seja, um corpo único e singularizado, mas sim corpos sempre em reescritura, em transformação.

Eis relevada, então, a potência presente na escrita das mulheres, que segundo Branco e Brandão (2004), são precedidas pelos modelos presentes nas produções feitas por homens, e que em sua literatura buscam construir textos nos quais “Diferença enorme se percebe”(Cf. BRANCO e BRANDÃO, 2004, p. 14) e “é no leito onde se tecem as palavras – o texto ficcional – que elas revelam sua potencialidade criadora de novos caminhos, imprevistas soluções, inesperadas veredas” (BRANCO e BRANDÃO, 2004, p. 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não pretendemos, aqui, encerrar os debates acerca da poética de Luiza Romão, ou acerca das discussões teóricas elencadas neste trabalho; pelo contrário, este texto foi gerado com intuito de contribuir com discussões já existentes e dialogar com eventuais leituras futuras. Entendemos, neste sentido, a possibilidade de múltiplas interpretações do literário e a poesia como potência de transformação.

Assim, estudamos, neste trabalho, o poema “Local de nascimento”, de Luiza Romão, a fim de investigar a relação discursiva entre a construção identitária das mulheres latino-americanas e o processo de colonização das Américas, e como a escrita da mulheres e suas potências viabilizam um olhar crítico acerca de tais estruturas.

Compreendemos o corpo, neste sentido, como local de escrita e reescrita, local de potência para novas escrituras e plataforma de experimentação de singularidades novas, diversas e não-hegemônicas. Logo, ao reescrever sob o corpo um outro texto que diverge de textos previamente escritos pelo discurso colonial, tem-se a tomada discursiva do próprio corpo e, conseqüentemente, do próprio ser.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. **Etnografia da Prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.

BACELLAR, Camila Bastos. À beira do corpo erótico descolonial, entre palimpsestos e encruzilhadas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Trad. Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRANCO, Lúcia Castello & BRANDÃO, Ruth Silviano. **A mulher escrita**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2004.

NAYAR, Pramod K. **Contemporary Literary and Cultural Theory: From structuralism to Ecocriticism**. Pearson, 2010.

ROMÃO, Luiza. Dia 5. **Local de nascimento**. In: Sangria. 1. ed. São Paulo: Selo do Burro, 2017, p. 31.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Stuart Hall, Katheryn Woodward. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Can the Subaltern Speak?** In: NELSON, C. e GROSSBERG, L. (eds.). **Marxism and the Interpretation of Culture**. Urbana: University of Illinois Press, 1988.



VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. Jamile Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.